NOTAS EXPLICATIVAS DO EXERCÍCIO DE 2024

A Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiai – CNPJ 13.750.681/0001-57, localizada na Avenida Paulista, nº 633, Jardim Santana, CEP 13.478-580, em Americana - SP, é um consórcio público de direito público responsável pela regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico nos Municípios consorciados e conveniados. Criada para atender as exigências da Lei federal nº 11.445/2007 (Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico).

1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da administração da ARES-PCJ e foram elaboradas em conformidade com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que instituiu normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal; das disposições do Conselho Federal de Contabilidade relativas às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP); do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP); Instruções de Procedimentos Contábeis, observando as regras definidas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; e demais disposições normativas vigentes.

As demonstrações Contábeis foram estruturadas de acordo com as exigências e padronizações estabelecidas pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e são compostas por:

- Balanço Patrimonial (BP)
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Financeiro (BF);
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).
- Notas Explicativas

A Demonstração das Mutações do Património Líquido não está sendo apresentada devido à prerrogativa concedida pelo MCASP da apresentação não ser obrigatória.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria e autorizada a sua divulgação em 24 de fevereiro de 2025.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As receitas são provenientes da taxa de regulação e fiscalização, com base na cláusula 68ª do Protocolo de Intenções da ARES-PCJ a Taxa de Regulação e Fiscalização tem como fato gerador o desempenho das atividades de regulação e fiscalização da prestação dos serviços públicos de saneamento básico, delegadas pelos municípios associados, tendo como sujeitos passivos os prestadores desses serviços.

O Regime Contábil (patrimonial): As receitas e despesas patrimoniais (VPA e VPD) foram reconhecidas em função do seu fato gerador adotando assim o Regime de Competência. As demonstrações Contábeis de natureza patrimonial (Balanço patrimonial e DVP) estão voltadas para informação contábil, baseadas no regime de competência.

Regime Orçamentário: As receita e despesas orçamentárias foram reconhecidas com base no artigo 35 da Lei 4.320/64, sendo as receitas reconhecidas no momento da Arrecadação e as Despesas reconhecidas no momento do empenho.

A Entidade mantém seus ativos avaliados ao custo, e as taxas de depreciação são aplicadas considerando a vida útil e o valor residual de cada bem, de acordo com a metodologia e parametrização do sistema de ativo considerando a realidade da Agência Reguladora.

3. BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial evidencia a situação patrimonial da ARES-PCJ em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 e demonstra os ativos e passivos no final do exercício, possibilitando conhecer, qualitativa e quantitativamente, a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos) e dos resultados acumulados da gestão patrimonial ao longo de vários exercícios (patrimônio líquido).

O Balanço Patrimonial, em conformidade com as NBCTSP, é composto por cinco grandes grupos, quais sejam:

- Ativo Circulante;
- Ativo Não Circulante;
- Passivo Circulante;
- Passivo Não Circulante; e
- Patrimônio Líquido.

3.1. Ativo Circulante

O Ativo Circulante, de curto prazo, que engloba os elementos patrimoniais disponíveis para realização imediata ou com expectativa de realização até o término do exercício seguinte.

Os recursos disponíveis registrado na conta "Caixa e equivalentes de caixa" alcançou no final do exercício de 2024 a soma de R$ 25.037.635,33 (vinte e cinco milhões, trinta e sete mil, seiscentos e trinta e cinco reais e trinta e três centavos).

Descrição	31/12/2024	31/12/2023	Diferença
Caixa e Equivalentes de Caixa	R$ 25.037.635,33	R$ 18.285.145,90	R$ 6.752.489,43

3.2. Ativo Não Circulante

3.2.1. Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo com créditos da dívida ativa de Taxa de Regulação e Fiscalização e processos de auto de infração, acrescidos das atualizações e correções monetárias de acordo com a legislação tributária de cada Município consorciado em seus respectivos limites territoriais, conforme determina as cláusulas 72 e 73 do Protocolo de Intenções da ARES-PCJ.

No exercício de 2024 o realizável a longo prazo apresentou um aumento de 395% quando comparado com o exercício anterior. Esta variação se deve principalmente ao início da cobrança da taxa de regulação e fiscalização no exercício de 2024, havendo municípios associados inadimplentes, mesmo após diversas cobranças administrativas durante o exercício.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023	Diferença
Realizável a Longo Prazo	R$ 1.570.028,95	R$ 397.486,19	R$ 1.172.542,76

A composição deste item compreende os valores a receber referente a dívida ativa das taxas de regulação e fiscalização de água e esgoto, resíduos sólidos e penalidades aplicadas aos prestadores. Além de outros créditos a longo prazo.

Descrição	31/12/2023	Lançamentos em 2024	31/12/2024
Dívida Ativa	**R$ 397.486,19**	**R$ 1.172.542,76**	**R$ 1.570.028,95**
Dívida Ativa Tributária	R$ 0,00	R$ 1.132.773,32	R$ 1.132.773,32
Dívida Ativa Não-tributária	R$ 338.591,53	R$ 39.769,44	R$ 378.360,97
Outros Créditos a Longo Prazo	R$ 58.894,66	R$ 0,00	R$ 58.894,66

Os créditos da Dívida Ativa Tributária referem-se aos valores a receber provenientes das taxas de regulação e fiscalização de água, esgoto e resíduos sólidos. Já os créditos da Dívida Ativa Não-Tributária correspondem aos valores a receber decorrentes de penalidades aplicadas aos prestadores de serviços.

Por sua vez, a conta "Outros Créditos a Longo Prazo" refere-se a um depósito judicial resultante de multa imposta a um prestador de serviços, conforme o Processo nº 1003823-09.2022.8.26.0320. Vale destacar que, na remota possibilidade de o prestador sair vitorioso na ação, não haverá qualquer ônus para a ARES-PCJ.

3.2.2. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis e estão devidamente catalogados no patrimônio da ARES-PCJ e com a identificação de plaquetas numeradas. A Entidade mantém seus ativos avaliados ao custo, e as taxas de depreciação são aplicadas considerando a vida útil e o valor residual de cada bem, de acordo com a metodologia e parametrização do sistema de ativo considerando a realidade da Agência Reguladora, sendo as taxas atualmente utilizadas de 10% para bens móveis e 4% para edificações.

Para o segundo quadrimestre de 2024 a Entidade realizou o teste de recuperação dos ativos (impairment), para os bens imóveis (edifícios), sendo o procedimento utilizado a busca de valores do metro quadrado de imóveis com as mesmas características, e o resultado evidenciou que não há indicação de perda de valor recuperável a ser reconhecido na contabilidade. O referido teste não contemplou os bens Móveis e Terrenos.

Contas	31/12/2024	31/12/2023
Imobilizado	**R$ 5.882.070,85**	**R$ 6.121.385,01**
Bens Móveis	**R$ 1.669.015,42**	**R$ 1.591.432,66**
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos E Ferramentas	R$ 292.350,46	R$ 261.350,46
Bens De Informática	R$ 440.284,74	R$ 432.884,74
Móveis E Utensílios	R$ 418.931,19	R$ 404.546,19
Materiais Culturais, Educacionais E De Comunicação	R$ 137.839,03	R$ 113.041,27
Veículos	R$ 377.260,00	R$ 377.260,00
Demais Bens Móveis	R$ 2.350,00	R$ 2.350,00
Bens Imóveis	**R$ 6.042.135,18**	**R$ 6.042.135,18**
(-) Depreciação, Exaustão E Amortização Acumuladas	**R$ 1.829.079,75**	**R$ 1.512.182,83**

3.2.3. Depreciação Acumulada

Os bens patrimoniais são reconhecidos, inicialmente, com base no valor de aquisição e ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão no percentual definido de acordo com sua vida útil, preservando o valor residual, na ordem de 10% para bens móveis e 4% para edificações. As depreciações acumuladas no exercício de 2024 foram na ordem de R$ 316.896,92.

Contas	31/12/2024	31/12/2023	Diferença
(-) Depreciação, Exaustão E Amortização Acumuladas - Consolidação	**R$ 1.829.079,75**	**R$ 1.512.182,83**	**R$ 316.896,92**
(-) Depreciação Acumulada - Bens Móveis	**R$ 906.283,85**	**R$ 753.471,57**	**R$ 152.812,28**
(-) Depreciação Acumulada De Máquinas, Aparelhos, Equipamentos E Ferramentas	R$ 151.985,82	R$ 125.260,52	R$ 26.725,30
(-) Depreciação Acumulada De Bens De Informática	R$ 148.692,25	R$ 107.591,64	R$ 41.100,61
(-) Depreciação Acumulada De Móveis E Utensílios	R$ 248.683,81	R$ 208.829,31	R$ 39.854,50
(-) Depreciação Acumulada De Materiais Culturais, Educacionais E De Comunicação	R$ 52.235,30	R$ 39.774,35	R$ 12.460,95
(-) Depreciação Acumulada De Veículos	R$ 302.650,35	R$ 270.214,39	R$ 32.435,96
(-) Depreciação Acumulada De Demais Bens Móveis	R$ 2.036,32	R$ 1.801,36	R$ 234,96
(-) Depreciação Acumulada - Bens Imóveis	**R$ 922.795,90**	**R$ 758.711,26**	**R$ 164.084,64**

3.3. Passivo Circulante

Referem-se aos valores dos compromissos assumidos com terceiros a serem saldados no exercício seguinte, com as seguintes descrições:

- Obrigações Trabalhistas, Previdenciária e Assistenciais;
- Obrigações com fornecedores; e
- Demais obrigações a curto prazo.

Contas	31/12/2024	31/12/2023
Passivo Circulante	**R$ 1.003.233,70**	**R$ 728.437,83**
Obrigações Trabalhistas, Previdenciária e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	R$ 903.327,43	R$ 135.112,43
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	R$ 69.790,75	R$ 59.029,54
Demais Obrigações a Curto Prazo	R$ 30.115,52	R$ 534.295,86

A conta "Obrigações Trabalhistas, Previdenciária e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo" refere-se a valores contabilizados com provisões de férias e desembolsos previstos obrigações patronais.
Já a conta "Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo" representa as obrigações financeiras da entidade com terceiros que lhe fornecem bens ou prestam serviços. E as "Demais Obrigações a Curto Prazo" compreendem os valores retidos de contribuição ao RGPS e ISS.

3.4. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido sofre variações em decorrência dos resultados apurados anualmente e, é composto pelas contas patrimônio social e capital social, resultado do exercício e o resultado de exercícios anteriores.
O Resultado do Exercício evidenciado através das variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, foi positivo na ordem de R$ 7.410.922,16, que somado ao resultado dos exercícios anteriores e Patrimônio Social e Capital Social totalizam o Patrimônio Líquido de R$ 31.486.501,43.

Contas	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio Líquido	**R$ 31.486.501,43**	**R$ 24.075.579,27**
Patrimônio Social e Capital Social	R$ 2.766.601,85	R$ 2.766.601,85
Resultado do Exercício	R$ 7.410.922,16	R$ 2.452.787,64
Resultado de Exercícios Anteriores	R$ 21.308.977,42	R$ 18.856.189,78

4. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

As Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP) demonstram os lançamentos realizados nos grupos de "Variações Patrimoniais Diminutivas" e "Variações Patrimoniais Aumentativas" e demonstram as variações quantitativas no patrimônio da entidade. Dessa forma, o resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. Segue abaixo o Resultado obtido no exercício de 2024:

Contas	Exercício 2024
(+) Variações Aumentativas	**R$ 22.243.858,39**
(+) Impostos Taxas e Contribuições de Melhoria	R$ 19.666.526,08
(+) Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	R$ 39.769,44
(+) Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	R$ 2.177.045,73
(+) Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	R$ 360.517,14
(-) Variações Diminutivas	**-R$ 14.832.936,23**
(-) Pessoal e Encargos	-R$ 8.045.781,47
(-) Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	-R$ 6.730.954,33
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-R$ 250,00
(-) Tributárias	-R$ 55.950,43
(=) Resultado Patrimonial do Período	**R$ 7.410.922,16**

Esse demonstrativo apresenta um Resumo Patrimonial do exercício de 2024, demonstrando as variações aumentativas e variações diminutivas, resultando no saldo patrimonial do período.

Nas variações aumentativas os valores mais representativos constam em Impostos Taxas e Contribuições de Melhorias, que são referentes as taxas de regulação e fiscalização de água, esgoto e resíduos sólidos e valores referente a retenções do imposto renda. Outro item de destaque foi a Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras do disponível da ARES-PCJ no exercício de 2024. Já o item outras variações patrimoniais aumentativas representa os valores decorrentes da aplicação de multas por não conformidades dos prestadores de serviços, apuradas nos processos de fiscalização.

Já nas variações diminutivas, o maior impacto refere-se aos gastos com Pessoal e Encargos, sendo divididos em gastos com Remuneração de Pessoal e benefícios e encargos patronais.

Outro impacto diminutivo são os Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo que se trata de

valores contabilizados com Material de consumo, serviços, depreciação, amortização e exaustão.

5. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO)

O Balanço orçamentário demonstra as receitas previstas em confronto com as realizadas e as diferenças apuradas, assim como as despesas previstas, executadas e as diferenças apuradas. O Balanço Orçamentário da ARES-PCJ evidencia a execução do orçamento para o exercício de 2024.

5.1. Execução Orçamentária da Receita

A previsão inicial da receita em 2024 foi de R$ 17.900.000,00 (dezessete milhões e novecentos mil reais) e foram arrecadados R$ 21.071.315,63 (vinte e um milhões, setenta e um mil, trezentos e quinze reais e sessenta e três centavos), ou seja, R$ 3.171.315,63 (três milhões, cento e setenta e um mil, trezentos e quinze reais e sessenta e três centavos) a mais do que o previsto. Contribuíram para esse resultado os valores arrecados com as receitas de taxa de regulação, retenções de imposto de renda e aplicações de penalidades aos prestadores.

5.2. Execução Orçamentária da Despesa

A despesa fixada para o exercício de 2024 foi de R$ 17.900.000,00 (dezessete milhões e novecentos mil reais). As despesas executadas, ou seja, empenhadas foi de R$ 14.468.526,42 (quatorze milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, quinhentos e vinte e seis reais e quarenta e dois centavos), o que resultou em uma economia de despesa em relação a despesa fixada no valor de R$ 3.431.473,58 (três milhões, quatrocentos e trinta e um mil, quatrocentos e setenta e três reais e cinquenta e oito centavos).

5.3. Resultado da Execução Orçamentária

O resultado da execução orçamentária apurado no exercício de 2024, na apuração entre a receita arrecadada e despesa empenhada, foi um superávit de R$ 6.602.789,21 (seis milhões, seiscentos e dois mil, setecentos e oitenta e nove reais e vinte e um centavos).

5.4. Restos a Pagar

O valor total dos restos a pagar inscritos no exercício de 2024 foi de R$ R$ 1.421.217,59 (um milhão, quatrocentos e vinte e um mil, duzentos e dezessete reais e cinquenta e nove centavos). Dos valores escritos, R$ R$ 1.209.488,74 (um milhão, duzentos e nove mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e setenta e quatro reais) trata-se de restos a pagar não processados e R$ 211.728,85

de restos a pagar processados.

6. BALANÇO FINANCEIRO (BF)

O Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentária bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécies provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

Descrição	31/12/2024
(+) Saldo em espécie do exercício anterior	R$ 18.285.145,90
(+) Receitas orçamentárias	R$ 21.071.315,63
(+) Recebimentos extraorçamentárias	R$ 5.689.847,67
(-) Despesas orçamentárias	-R$ 14.468.526,42
(-) Pagamentos extraorçamentários	-R$ 5.540.147,45
(=) Saldo em espécie para o exercício seguinte	R$ 25.037.635,33

Conforme tabela acima, no exercício de 2024 o Balanço Financeiro da ARES-PCJ apresentou o saldo de R$ 25.037.635,33 (vinte e cinco milhões, trinta e sete mil, seiscentos de trinta e cinco reais e trinta e três centavos).

7. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. A informação dos fluxos de caixa permite aos usuários avaliar como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados. Tais informações são úteis para fornecer aos usuários das demonstrações contábeis informações para prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão.

O fluxo de caixa das atividades da ARES-PCJ teve o valor de ingresso na ordem de R$ 25.339.945,71 (vinte e cinco milhões, trezentos de trinta e nove, novecentos e quarenta e cinco reais e setenta e um centavos).

Já os desembolsos foram no valor de R$ 18.587.456,28 (dezoito milhões, quinhentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e vinte e oito reais) destinado preponderantemente para pagamento de pessoal e despesas de custeio da Agência, gerando um fluxo de caixa líquido

de R$ 6.752.489,43 (seis milhões, setecentos e cinquenta e dois mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e quarenta e três centavos).

Americana, 12 de fevereiro de 2025.

LUCAS CANDIDO DOS SANTOS
Contador - ARES-PCJ - CRC 1SP279588/0-2

DALTO FEVERO BROCHI
Diretor Geral da ARES-PCJ